Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. Joao Amorim" - Hospital Municipal M' Boi Mirim

CNPJ.: 66.518.267/0008-50

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (em Reais)

Ativo	Notas	2022	2021
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa	4	19.148.104,48	15.656.965,24
Adiantamentos a Fornecedores		65.637,89	129.894,99
Adiantamentos a Empregados	5	1.765.192,94	846.066,74
Créditos do Contrato de Gestão	6	-	5.509.887,00
Outros Créditos		281.404,00	-
Estoques	7	5.441.973,16	6.215.900,98
Despesas Antecipadas		386.697,35	253.591,47
		27.089.009,82	**28.612.306,42**
Ativo não Circulante			
Imobilizado	8	37.787.016,06	43.440.893,81
Intangível	9	847.259,71	961.124,98
		38.634.275,77	**44.402.018,79**
Total do Ativo		**65.723.285,59**	**73.014.325,21**

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2022	2021
Passivo Circulante			
Fornecedores		12.433.846,57	10.009.743,13
Obrigações Trabalhistas	10	10.776.315,43	10.912.186,68
Obrigações Sociais e Fiscais	11	7.481.419,54	6.134.905,27
Contas a Pagar		1.595.068,70	1.009.093,55
Provisões para Férias e Encargos		18.455.810,65	15.102.489,65
		50.742.460,89	**43.168.418,28**
Passivo não Circulante			
Provisões para Contingências	12	-	1.632.620,74
Contas a Pagar		1.519.402,51	-
Recursos Governamentais a Realizar		2.130.790,00	-
Bens Públicos em nosso poder	13	38.634.275,77	44.402.018,79
		42.284.468,28	**46.034.639,53**
Patrimônio Líquido Negativo			
Patrimônio Social		(16.188.732,60)	(1.841.803,22)
Déficit / Superávit do Exercício		(11.114.910,98)	(14.346.929,38)
		(27.303.643,58)	**(16.188.732,60)**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**65.723.285,59**	**73.014.325,21**

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) Acumulados	Transferências Patrimoniais	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(39.614.313,54)**	**(37.975.510,32)**	**(203.000,00)**	**(1.841.803,22)**
Incorporação do Superávit/Déficit Anterior	37.975.510,32	(37.975.510,32)	-	-
Incorporação das Transf. Patrimoniais	(203.000,00)	-	203.000,00	-
Déficit do Exercício	-	(14.346.929,38)	-	(14.346.929,38)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(1.841.803,22)**	**(14.346.929,38)**	**-**	**(16.188.732,60)**
Incorporação do Déficit Anterior	(14.346.929,38)	14.346.929,38	-	-
Déficit do Exercício	-	(11.114.910,98)	-	(11.114.910,98)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(16.188.732,60)	(11.114.910,98)	**-**	(27.303.643,58)

Demonstração do Resultado dos Períodos Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (em Reais)

	Notas	2022	2021
Receitas Líquidas	14	**302.836.469,55**	**277.424.334,04**
Contrato de Gestão e Convênios	15	296.970.940,00	276.904.076,98
Realização de Bens Públicos em nosso poder		6.627.806,86	3.818.974,00
(-) Repasse Destinado Aquisições do Imobilizado	3.h	(762.277,31)	(3.298.716,94)
Custos		**(300.175.165,39)**	**(288.920.888,85)**
Pessoal e Reflexo	17	(202.946.072,87)	(182.708.948,47)
Serviços Terceirizados	18	(48.987.028,03)	(45.362.828,66)
Medicamentos e Materiais de Consumo	19	(48.242.064,49)	(60.849.111,72)
Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal)	25	(50.252.841,95)	(43.462.738,92)
(-) Isenção da CPP Usufruída	25	50.252.841,95	43.462.738,92
(=) Resultado Bruto		**2.661.304,16**	**(11.496.554,81)**
Despesas		**(16.955.118,03)**	**(16.203.252,41)**
Impostos, Taxas e Contribuições		(337.593,33)	(2.136.404,53)
Despesas Gerais	20	(16.054.240,72)	(13.414.973,61)
Provisões para Contingências		(563.283,38)	(651.874,27)
Outras (Despesas) e Receitas Operacionais		**1.583.471,50**	**11.526.561,24**
Receitas com Doações		689.514,44	10.793.528,07
Outras Receitas		893.957,06	733.033,17
(=) Resultado antes das Rec/Desp Financeiras		**(12.710.342,37)**	**(16.173.245,98)**
Resultado Financeiro	16	**1.595.431,39**	**1.826.316,60**
Receitas Financeiras		1.678.132,85	1.863.926,60
(-) Despesas Financeiras		(82.701,46)	(37.610,00)
Déficit / Superávit do Exercício		**(11.114.910,98)**	**(14.346.929,38)**

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (em Reais)

Atividades Operacionais	2022	2021
Déficit / Superávit do Exercício	(11.114.910,98)	(14.346.929,38)
(Aumento) ou Redução do Ativo		
Adiantamentos a Fornecedores	64.257,10	5.153,66
Adiantamentos a Empregados	(919.126,20)	120.211,51
Créditos com Convênios	5.509.887,00	8.412.667,00
Outros Créditos	(281.404,00)	-
Estoques	773.927,82	557.087,16
Despesas Antecipadas	(133.105,88)	(39.765,59)
Aumento ou (Redução) do Passivo		
Fornecedores	2.424.103,44	2.786.847,01
Obrigações Trabalhistas	147.555,95	3.179.244,20
Obrigações Sociais e Fiscais	1.346.514,27	(476.887,06)
Provisões para Férias e Encargos	3.353.321,00	2.116.291,21
Provisões para Contingências	(1.632.620,74)	-
Outras Obrigações	3.952.740,46	612.478,23
Caixa líquido gerado nas Atividades Operacionais	**3.491.139,24**	**2.926.397,95**
Atividades de Financiamento		
Atividade de Imob./Intang. Pertencente à Gestão Pública	(762.277,31)	(3.298.716,94)
Caixa líquido consumido nas Atividades de Financiamento	**(762.227,31)**	**(3.298.716,94)**
Atividades de Financiamento		
Recebimento de Numerário para Aquis. de Imobilizado	762.277,31	3.298.716,94
Recebimento (Pagamento) de Empréstimos	-	(48.285,49)
Caixa líquido consumido nas Atividades de Financiamento	**762.277,31**	**3.250.431,45**
Variação Líquida nas Disponibilidades	**3.491.139,24**	**2.878.112,46**
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Disponibilidades no Início do Exercício	15.656.965,24	12.778.852,78
Disponibilidades no Final do Exercício	19.148.104,48	15.656.965,24
Variação Líquida nas Disponibilidades	**3.491.139,24**	**2.878.112,46**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (em Reais)

1. Contexto Operacional: O **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM** é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Embu das Artes, Americana, Guarulhos, Cajamar, Mauá, Salto, Santo André, Taubaté, Bertioga, Carapicuíba, Campinas, Rio de Janeiro, Maricá e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul. Esta instituição presta serviços na área de saúde, realizando ações através de contratos de gestão e convênios firmados junto às Prefeituras dos Municípios de São Paulo, Embu das Artes, Mogi das Cruzes, Carapicuíba, Campinas, Cajamar, Peruíbe, Rio de Janeiro e Governo do Estado de São Paulo. Na promoção em saúde, as ações são realizadas através dos programas de "Voluntariado", "Deficiente Saudável", "Integração com a Comunidade", "Meio Ambiente" e "PAISM - Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher", executados pelo Instituto de Responsabilidade Social Dr. Fenando Proença de Gouvêa. Em 07 de fevereiro de 2008 foi celebrado o contrato de gestão entre a Prefeitura Municipal de São Paulo, o CEJAM e a Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein - SBIBHAE, para o gerenciamento do Hospital M'Boi Mirim - Dr.Moisés Deutsch. A Entidade, para fazer frente ao patrimônio líquido negativo, vem buscando a manutenção e repactuação da parceria municipal, bem como, ações para a redução de seus custos, garantindo assim a continuidade das operações da Entidade. As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade normal e não inclui quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Entidade continuar em atividade.

2. Bases de Preparação das Demonstrações Contábeis: 2.a) Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. **2.d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **3. Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **3.a) Instrumentos financeiros: • Ativos financeiros não derivativos:** a entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis. **• Caixa e equivalentes de caixa**: abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. **• Instrumentos financeiros derivativos**: não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2022 e 2021. **3.b) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas. **3.c) Imobilizado: • Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de reserva de capital "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **• Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela entidade. A Administração reavaliou a situação no exercício de 2022 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2021. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: • Benfeitorias: 3 anos; • Máquinas e equipamentos: 10 anos; • Equipamentos de uso médico: 10 anos; • Aparelhos e instrumentos de uso médico: 10 anos; • Equipamentos de informática: 5 anos; • Móveis e utensílios: 10 anos. • Construções: 25 anos. **3.d) Intangível: • Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a. **3.e) Redução ao valor recuperável (impairment): • Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão. **3.f) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.g) Patrimônio líquido:** Representa o patrimônio inicial da entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da entidade conforme divulgado na Nota Explicativa n° 1. **3.h) Receitas:** As receitas da entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **3.i) Despesas:** As despesas da entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais. **3.j) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros. **3.k) Apuração do resultado:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Fundo Fixo	2022	2021
Caixa	-	100,00
Fundo Fixo de Caixa	720,27	2.200,29
	720,27	**2.300,29**

Bancos - Contas Movimento	2022	2021
Banco Santander (Brasil) S.A.	5.043,15	30.085,06
	5.043,15	**30.085,06**

Bancos - Aplicação Financeira	2022	2021
Banco Santander (Brasil) S.A.	19.142.341,06	15.624.579,89
	19.142.341,06	**15.624.579,89**

5. Adiantamento a Empregados	2022	2021
Outros Adiantamentos	834.329,73	272.026,48
Adiantamentos de Férias	930.863,21	574.040,26
	1.765.192,94	**846.066,74**

6. Créditos com Contrato de Gestão	2022	2021
PMSP - Hosp. M` Boi Mirim	-	5.509.887,00
	-	**5.509.887,00**

7. Estoques	2022	2021
Medicamentos	1.256.779,74	1.633.814,96
Material Médico Hospitalar	3.038.677,32	2.475.012,73
Material Expediente/Escritório	367.434,32	323.739,54
Material de Manutenção	151.619,32	157.090,42
Material de Limpeza	159.880,50	150.830,11
Gêneros Alimentícios	206.093,78	179.205,76
Empréstimo de MAT/MED a receber	261.488,18	1.296.207,46
	5.441.973,16	**6.215.900,98**

8. Imobilizado

Imobilizado de Gestão Pública	Taxa	2022	2021
Benfeitorias	33%	4.337.154,20	4.337.154,20
Máquinas e Equipamentos	10%	3.273.080,09	2.824.179,70
Equipamentos de Uso Médico	10%	37.476.599,32	38.126.628,89
Aparelhos e Instrumentos de Uso Médico	10%	994.026,13	1.021.300,50
Equipamentos de Informática	20%	4.326.612,17	4.215.756,44
Móveis e Utensílios	10%	6.099.988,20	6.053.271,39
Construções	4%	12.000.000,00	12.000.000,00
(-) Depreciação Acumulada		(30.720.444,05)	(25.137.397,31)
		37.787.016,06	**43.440.893,81**

Conforme preceituado no contrato de gestão firmado entre o CEJAM e a Prefeitura do Município de São Paulo, os bens patrimoniais adquiridos por conta do referido contrato é de uso exclusivo e de propriedade da Prefeitura Municipal.

9. Intangível

Intangível de Gestão Pública	Taxa	2022	2021
Direito de Uso de Sistemas	20%	3.065.926,93	2.951.530,12
(-) Amortização Acumulada		(2.218.667,22)	(1.990.405,14)
		847.259,71	**961.124,98**

10. Obrigações Trabalhistas	2022	2021
Salários a Pagar	10.739.151,00	10.536.700,94
Rescisões a Pagar	5.578,85	2.350,29
Pensões Alimentícias a Pagar	31.585,58	43.441,41
Acordos Trabalhistas	-	46.266,84
	10.776.315,43	**10.628.759,48**

11. Obrigações Sociais e Fiscais	2022	2021
INSS a Recolher	709.244,64	716.444,58
FGTS a Recolher	1.688.087,32	1.341.139,51
Contribuições Sindicais e Assistenciais a Recolher	4.699,38	6.450,04
IRRF a Recolher	4.981.063,36	3.944.376,51
CSRF a Recolher	65.498,94	84.566,19
INSS Retido de PJ a Recolher	26.921,42	36.174,52
ISS Retido na Fonte a Recolher	5.904,48	5.753,92
	7.481.419,54	**6.134.905,27**

12. Provisões para Contingências	2022	2021
Provisões para Contingências Trabalhistas	-	1.632.620,74
	-	**1.632.620,74**

A entidade é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes para esta filial, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. As provisões foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da entidade quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive, quando for o caso, os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A entidade adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos. A entidade, com relação a esta filial, figura em outros processos trabalhistas e cíveis avaliados com perda possível no montante de R$ 106.900,00 em 2022 e R$ 240.000,00 em 2021, sem provisão contábil constituída, estando assim distribuídos:

Processos com Perda Possível	2022	2021
De natureza Trabalhista	106.900,00	240.000,00
	106.900,00	**240.000,00**

13. Bens Públicos em Nosso Poder: A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R$ 38.634.275,77 em 2022 e R$ 44.402.018,79 em 2021, refere-se aos valores recebidos da Secretaria Municipal de Saúde para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao município quando do término dos contratos de gestão ou convênios. O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo.

14. Receitas Operacionais Líquidas: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente a nova norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço. Como historicamente é efetuado pela Entidade, foi constituída a conta de Créditos a Receber, com nota explicativa própria, para os casos de serviços prestados, faturados ou não (na norma, estabelecida como "saldos de contrato"). Não há obrigações de desempenho futuro e condições restritivas de pagamentos relevante, exceto pelas glosas efetuadas pelos Contratos de Gestão, e que também estavam contempladas nas provisões para perdas, quando aplicável, no momento do reconhecimento da receita, em contrapartida ao contas a receber, com base nos dados históricos.

15. Receitas Com Contrato de Gestão	2022	2021
Contrato de Gestão 004/2008 (Hospital Mun. M'Boi Mirim)	296.970.940,00	276.904.076,98
	296.970.940,00	**276.904.076,98**

16. Receitas e Despesas Financeiras	2022	2021
Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.606.126,21	1.848.185,73
Descontos Obtidos	72.006,64	15.740,87
(-) Juros Bancários	(42.992,40)	(1.884,95)
(-) Tarifas Bancárias	(36.781,11)	(19.174,40)
(-) Juros e Mora de Fornecedores	(2.855,18)	(5.163,85)
(-) Juros e Multa s/ Impostos	(72,77)	(11.386,80)
	1.595.431,39	**1.826.316,60**

17. Custos com Pessoal Próprio	2022	2021
Remunerações	181.853.844,23	163.105.214,51
Benefícios	6.689.402,12	6.638.820,12
Encargos Sociais	14.402.826,52	12.964.913,84
	202.946.072,87	**182.708.948,47**

18. Custos com Serviços Terceirizados	2022	2021
Serviços Prestados por Pessoas Jurídicas	46.175.140,71	43.729.438,54
Serviços Prestados por Pessoas Físicas	2.811.887,32	1.633.390,12
	48.987.028,03	**45.362.828,66**

continua

continuação

19. Custos com Medicamentos e Materiais de Consumo

	2022	2021
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	32.400.851,46	35.051.813,87
Materiais de Consumo	8.021.684,10	7.280.589,62
Materiais de Conservação e Reparos	1.209.799,07	2.761.664,62
Outros Materiais e Insumos	6.609.729,86	15.755.043,61
	48.242.064,49	**60.849.111,72**

20. Despesas Gerais	2022	2021
Contas de Consumo (Água, Energia Elétrica e Telefone)	4.654.795,87	4.376.656,28
Aluguéis (Móveis, Equipamentos e Aparelhos)	3.841.222,25	4.003.684,95
Administrativas	39.416,39	42.754,36
Bens Não Imobilizados	257.893,01	737.126,61
Outras Despesas Gerais	7.260.913,20	4.254.751,41
	16.054.240,72	**13.414.973,61**

21. Partes Relacionadas: O Hospital Municipal Dr. Moysés Deutsch - M`Boi Mirim, mantém operações com o CEJAM e Hospital Albert Einstein decorrentes de um contrato de Gestão Hospitalar firmado em 07 de fevereiro de 2008, com vigência validada por termos aditivos de prorrogação de prazos. As transações ocorridas no período se referem basicamente ao reembolso dos recursos desembolsados pelo Hospital Albert Einstein, relacionados à folha de pagamento de profissionais ligados à gestão. Em função de terceirização do serviço laboratorial, existem também valores vinculados às análises clínicas realizadas no Hospital Albert Einstein. Estas cobranças respeitam a tabela do SUS, estando assim distribuídas:

	2022	2021
Gestão Hospitalar (Reembolso de folha de pagamento)	7.135.048,46	7.042.937,67
Serviços Laboratoriais (Análises Clínicas e Patológicas)	6.246.260,29	5.207.966,92
	13.381.308,75	**12.250.904,59**

22. Coberturas de Seguros: A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. **23. Atendimento à Legislação das Entidades de Fins Filantrópicos:** A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela legislação e demais regulamentações vigentes na área em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas ao parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC). A renovação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes. **24. Certificado Beneficente de Assistência Social (CEBAS)**: Em 04 de novembro de 2021, através da Portaria nº 1.094, publicada no Diário Oficial da União, edição 210, seção 1, página 133, em consideração ao Parecer Técnico nº 720/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.191938/2018-98, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2018** a **29 de novembro de 2021**. Em 24 de março de 2023, através da Portaria nº 274, publicada no Diário Oficial da União, edição 60, seção 1, página 87, em consideração a Nota Técnica nº 201/2023-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.167752/2021-13, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2021** a **29 de novembro de 2024**. **25. Isenções Previdenciárias (Quota Patronal):** A entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal). A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2022 foi de R$ 50.252.841,95 (em 2021 de R$ 43.462.738,92) e está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma:

Isenções Previdenciárias Usufruídas	2022	2021
Cota Patronal INSS sobe a Folha de Pagamento	(49.690.464,49)	(43.136.080,91)
Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	(562.377,46)	(326.658,01)
	(50.252.841,95)	**(43.462.738,92)**
(-) Isenção Usufruída:		
(-) Cota Patronal INSS sobe a Folha de Pagamento	49.690.464,49	43.136.080,91
(-) Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	562.377,46	326.658,01
	50.252.841,95	**43.462.738,92**
	0,00	**0,00**

26. Tributos e Contribuições (Renúncia Fiscal): Imposto de renda e contribuição social: em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal. **PIS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários. **COFINS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. **Isenção previdenciária usufruída:** para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.

São Paulo, 31 de dezembro de 2022.

Dr. Mário Santoro Junior - Gerente de Desenvolvimento Institucional | **Dr. Leonardo José Rolim Ferraz -** Diretor Geral | **Alexandre Papi -** Contador CRC nº 1SP130223/O-3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Opinião sobre as demonstrações contábeis Examinamos as demonstrações contábeis do **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - Filial - Hospital Municipal M' Boi Mirim**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional O Hospital Municipal M' Boi Mirim**, vem apresentando déficits consecutivos nos últimos exercícios, resultando na existência de um "Patrimônio Líquido Negativo"; esse evento ou condição indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional **deste contrato. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto: Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo -SP, 17 de abril de 2023.

Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP -024298/O-3

Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior - Contador

CRC/RS "S" -SP-058.252/O-1 - CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04